



CARTA DOS BISPOS  
AOS DIOCESANOS DO PORTO,  
SOBRE O  
ANO DA FÉ





Caríssimos irmãos e irmãs da Diocese do Porto: Ouvidos o Conselho Presbiteral e o Conselho Pastoral, bem como os Vigários e Adjuntos, escrevemos-vos esta carta, referente ao próximo Ano da Fé e à sua preparação, especialmente no âmbito das vigararias. Saindo agora, permitirá a organização atempada das Jornadas Vicariais da Fé, que, de Novembro próximo a Junho de 2013, pontuarão programaticamente a vida diocesana.

## O Ano da Fé na Diocese do Porto

1. O que o Santo Padre Bento XVI nos propõe, para celebrarmos o Ano da Fé (11 de Outubro próximo a 24 de Novembro de 2013), é da maior conveniência e oportunidade: a 11 de Outubro comemoram-se os cinquenta anos da abertura do Concílio Vaticano II, acontecimento determinante da vida da Igreja, hoje como então.

Estas grandes reuniões, protagonizadas pelos Bispos de todo o mundo em torno do Sucessor de Pedro, têm geralmente uma fase preparatória, mais ou menos longa, pois se refere a movimentos profundos da vida eclesial, tanto espirituais como doutrinários e pastorais, que depois desembocam nas decisões conciliares. No que ao Vaticano II respeita, tal é detetável em vários pontos, que muito herdaram dos movimentos litúrgico, bíblico, patrístico, laical, missionário e ecuménico, das décadas anteriores.

Outra fase é a da realização ou reunião conciliar propriamente dita, como aconteceu entre 1962 e 1965, nos pontificados de João XXIII e Paulo VI. Nela se refletiram, ultimaram e publicaram importantes documentos – constituições, decretos e declarações – que marcaram a vida eclesial do último meio século, tanto internamente como na relação com o mundo.

Mas, para que um Concílio dê todo o seu fruto, segue-se necessariamente a fase da sua receção pela Igreja universal, absorvendo e concretizando as determinações por ele deixadas. Nesta fase estamos nós e nela precisamos de continuar ainda, para que o “aggiornamento” esperado pelo Beato João XXIII nos faça retomar e propor mais a fundo e ao largo a seiva e a forma do Cristianismo autêntico, como hão de ser tomadas nos dias que vivemos.

2. Na sequência do Concílio e sistematizando-lhe as grandes linhas - sobre Deus que se revela, a liturgia que O celebra, a Igreja que O testemunha e o mundo que O espera -, surgiram o *Catecismo da Igreja Católica* (1992), o respectivo *Compêndio do Catecismo da Igreja Católica* (2005) e mais recentemente o *Youcat – Catecismo Jovem da Igreja Católica*. Com estes e outros subsídios, ser-nos-á mais fácil aprofundar e viver a fé católica, na sua harmonia interna e na respectiva aplicação à vida.

E assim importa que seja. Na carta apostólica com que anuncia o Ano da Fé, o Papa Bento XVI constata e como que denuncia um débito que honestamente reconheceremos, também entre nós: “Sucedem, não poucas vezes, que os cristãos sintam maior preocupação com as consequências sociais, culturais e políticas da fé do que com a própria fé, considerada esta como um pressuposto óbvio da vida diária. Ora esse pressuposto não só deixou de existir como, frequentemente, acaba até negado” (*Porta Fidei*, nº 2).



Facilmente concordaremos que assim é. E, sendo boa e necessária a nossa presença na sociedade e na cultura, requer-se que ela seja sustentada por uma fé verdadeiramente evangélica e eclesial, que não a deixe definhar e diluir-se, tornando-se insignificante e, afinal, dispensável.

Na mesma carta apostólica, o Papa acrescenta a propósito: “Para chegar a um conhecimento sistemático da fé, todos podem encontrar um subsídio precioso e indispensável no *Catecismo da Igreja Católica*. Este constitui um dos frutos mais importantes do Concílio Vaticano II” (*Porta Fidei*, nº 11).

3. Outro ponto ainda se releva, e da maior importância. Podemos caracterizá-lo como redescoberta cristocêntrica da fé e da vida que levamos. Basta ler os documentos conciliares para verificarmos que essa foi também a insistência dos seus membros, bem como dos dois Papas que presidiram àquela magna assembleia. E quem viveu antes e depois de 1962 certamente confirmará que ficou mais nítida a radicação em Cristo de tudo o que a Igreja proclama, celebra e testemunha: Cristo, em quem culmina tudo o que o Pai tem para nos dizer; Cristo em cuja acção de graças participamos, pela filiação divina que nos ofereceu; Cristo, no qual a Igreja é sinal e instrumento de unidade de todo o género humano; Cristo, que a Igreja oferece à humanidade e ao mundo, como revelação de que uma e outro podem e devem ser...

Por isso diz ainda o Papa: “Possa este Ano da Fé tornar cada vez mais firme a relação com Cristo Senhor, dado que só nele temos a certeza para olhar o futuro e a garantia dum amor autêntico e duradouro” (*Porta Fidei*, nº 15).

4. Várias são as sugestões para a vivência do Ano da Fé na Igreja universal e local, provindas da Santa Sé e mais próximas. Na nossa Diocese do Porto, abrir-se-á oficialmente com uma celebração na Sé, no Domingo 4 de Novembro, já que o Bispo diocesano estará em Outubro em Roma, no Sínodo dos Bispos; e prevê-se um Congresso Diocesano de Confrarias do Santíssimo Sacramento, por altura do Corpo de Deus.

Mas o Ano da Fé decorrerá principalmente em torno das Jornadas Vicariais da Fé, a partir de Novembro, com a presença do Bispo diocesano e do Bispo que acompanha mais de perto a vigararia em que se realizam. Sucedendo-se umas às outras, as Jornadas agregarão sobretudo os “educadores da fé” das paróquias, num sábado e Domingo, com este programa básico e possível: no sábado à tarde, um encontro de testemunho e reflexão sobre a transmissão da fé nas famílias, comunidades e movimentos; no sábado à noite, uma vigília de oração, centrada na escuta de alguns trechos da Palavra de Deus que melhor concentrem o anúncio pascal (querigma) e na adoração eucarística, em que a Palavra se faz sacramento “para a vida do mundo”; no Domingo à tarde, uma grande celebração eucarística, destacando-se particularmente a proclamação do Credo.

## Recapitulando tudo em Cristo

5. Para preparar as Jornadas e continuá-las depois da sua realização local, propomos um esquema essencial da fé, a partir de documentos conciliares e do *Compêndio do Catecismo da Igreja Católica*. Este esquema poderá ser trabalhado vicarialmente, do modo mais adequado às pessoas e circunstâncias: dividindo-o para várias sessões catequéticas, juntando-lhe questões concretas,

adaptando-o a destinatários específicos, etc. Isto mesmo poderá ser feito pelo grupo que em cada vigararia preparar as Jornadas respectivas e lhes der continuidade. Sendo necessariamente curto e limitado, oferece um percurso possível, com a preocupação de não esquecer o essencial, a sua coerência e as consequências práticas que há de ter.

Leve-nos também a todos a aprofundar a doutrina do Concílio e o *Catecismo* que a sistematiza, para sabermos dar cada vez mais e melhor as “razões da nossa esperança” (cf. *1 Pe* 3, 15) a quantos no-las pedem e muito especialmente nos tempos difíceis que vivemos. É como segue, em citações encadeadas:

6. João XXIII abriu o Concílio com palavras inolvidáveis, marcando-lhe o rumo que depois seguiria. Tratava-se de oferecer à humanidade o que a Igreja transporta de essencial, ou seja, a luz de Cristo que a ilumina a ela, como que recordando o trecho evangélico: “Vós sois a luz do mundo. Não se [...] acende a candeia para a colocar debaixo do alqueire, mas sim em cima do candelabro, e assim alumia a todos os que estão em casa” (*Mt* 5, 14-15). Luz de Cristo que nos revela o que somos nós e o que são os outros, compreendendo melhor para amar sempre mais: “A Igreja [...] abre a fonte da sua doutrina vivificante, que permite aos homens, iluminados pela luz de Cristo, compreender bem aquilo que eles são na realidade; a sua excelsa dignidade e o seu fim; por meio dos seus filhos, estende ainda a toda a parte a plenitude da caridade cristã, que é o melhor auxílio para eliminar as sementes da discórdia; e nada é mais eficaz para fomentar a concórdia, a paz justa e a união fraterna de todos” (João XXIII, *Discurso inaugural do Concílio Vaticano II*, 11 de Outubro de 1962).
7. Definição das coisas que em Cristo é completa e incisiva, lembrou depois Paulo VI: “Donde parte o nosso caminho, Irmãos? Qual é o caminho que devemos percorrer [...]? E que fim, Irmãos, propor ao nosso itinerário? [...] Estas três perguntas simplicíssimas e capitais, têm, bem o sabemos, uma só resposta, que neste lugar e nesta hora devemos proclamar a nós mesmos e anunciar ao mundo que nos rodeia: Cristo! Cristo nosso princípio; Cristo nossa vida e nosso guia; Cristo nossa esperança e nosso fim” (Paulo VI, *Discurso inaugural da segunda sessão do Concílio Vaticano II*, 29 de Setembro de 1963).
8. Desta convicção fundamental brotam depois as afirmações centrais do Concílio. Logo na primeira constituição que aprovou, referente à Liturgia, é sempre “por Cristo, com Cristo e em Cristo” que se dá glória a Deus Pai, na unidade do Espírito. Cristo, presente na Palavra proclamada e nos Sacramentos celebrados, presença viva entre os seus, para depois chegar a todos. É particularmente esclarecedor o seguinte trecho: “Cristo está sempre presente na sua Igreja, especialmente nas acções litúrgicas. Está presente no Sacrifício da Missa, tanto na pessoa do ministro [...] como e sobretudo sob as espécies eucarísticas. Está presente com o seu dinamismo nos Sacramentos, de modo que quando alguém baptiza é o próprio Cristo que baptiza. Está presente na sua Palavra, pois é Ele que fala ao ser lida na Igreja a Sagrada Escritura. Está presente, enfim, quando a Igreja reza e canta, Ele que prometeu: ‘Onde estiverem dois ou três reunidos em meu nome, Eu estou no meio deles’ (*Mt* 18, 20)” (Constituição *Sacrosanctum Concilium*, 7).
9. Presença de Cristo na Igreja, que assim mesmo faz dela o seu sinal para o mundo, alargando uma comunhão autêntica que, partindo de Deus, é agora o sentido da história. Di-lo em linhas essenciais um dos mais importantes textos conciliares: “A luz dos povos é Cristo: por isso, este sagrado Concílio, reunido no Espírito Santo, deseja ardentemente iluminar todos os homens com a Sua

luz, que resplandece no rosto da Igreja, anunciando o Evangelho a toda a criatura. Mas porque a Igreja, em Cristo, é como que o sacramento, ou sinal, e o instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o género humano, pretende ela, na sequência dos anteriores Concílios, pôr de manifesto com maior insistência, aos fiéis e a todo o mundo, a sua natureza e missão universal. E as condições do nosso tempo tornam ainda mais urgente este dever da Igreja, para que deste modo os homens todos, hoje mais estreitamente ligados uns aos outros, pelos diversos laços sociais, técnicos e culturais, alcancem também a plena unidade em Cristo” (Constituição *Lumen Gentium*, 1).

10. Justamente nos impressiona o facto da Igreja ter compreendido que, em Cristo, Deus se dissera plenamente, como neste luminoso trecho que abre a *Carta aos Hebreus*: “Muitas vezes e de muitos modos, falou Deus aos nossos pais, nos tempos antigos, por meio dos profetas. Nestes dias, que são os últimos, Deus falou-nos por meio do Filho, a quem constituiu herdeiro de todas as coisas, e por meio de quem fez o mundo” (*Hb* 1, 1-2). Não se exclui nem dispensa quanto fora e continua a ser dito “antes”; mas é em Cristo que Deus se diz e nos diz a nós, no encontro definitivo da divindade com a humanidade, tão surpreendentemente simples e tão inultrapassavelmente acontecido. Como o Concílio também resumiu: “Aproouve a Deus, na sua bondade e sabedoria, revelar-se a Si mesmo e dar a conhecer o mistério da sua vontade, segundo o qual os homens, por meio de Cristo, Verbo encarnado, têm acesso ao Pai no Espírito Santo e se tornam participantes da natureza divina. [...] Porém, a verdade profunda tanto a respeito de Deus como a respeito da salvação dos homens, manifesta-se-nos, por esta revelação, em Cristo, que é, simultaneamente, o mediador e a plenitude de toda a revelação” (Constituição *Dei Verbum* 2).
11. Discípulos de Cristo, os cristãos participam dos seus sentimentos em relação a todos, nas diversas e tantas vezes dramáticas circunstâncias da vida. Não podem ser doutra forma, para serem legitimamente cristãos. Atesta-o o Concílio, ao abrir a sua constituição sobre a Igreja no mundo contemporâneo: “As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração. Porque a sua comunidade é formada por homens, que, reunidos em Cristo, são guiados pelo Espírito Santo na sua peregrinação em demanda do reino do Pai, e receberam a mensagem da salvação para a comunicar a todos. Por este motivo, a Igreja sente-se real e intimamente ligada ao género humano e à sua história” (Constituição *Gaudium et Spes*, 1).
12. Em tais traves mestras assentou a vida eclesial no último meio século. Arrancar da Palavra e subir em acção de graças, alargar-se em comunhão interna e projectar-se no serviço ao mundo, assim se reencontra a Igreja, como as quatro partes da única cruz do seu Senhor. Cumprir tal “programa” urge sempre mais. Por isso o repropõe o actual Pontífice para o Ano da Fé: “É o amor de Cristo que enche os nossos corações e nos impele a evangelizar. Hoje, como outrora, Ele envia-nos pelas estradas do mundo para proclamar o seu Evangelho a todos os povos da terra. Com o seu amor, Jesus Cristo atrai a si os homens de cada geração: em todo o tempo, Ele convoca a Igreja, confiando-lhe o anúncio do Evangelho, como um mandato que é sempre novo. Por isso, também hoje é necessário um empenho eclesial mais convicto a favor duma nova evangelização, para descobrir de novo a alegria de crer e reencontrar o entusiasmo de comunicar a fé. [...] Com efeito, a fé cresce quando é vivida como experiência de um amor recebido e é comunicada como experiência de graça e de alegria” (*Porta Fidei*, 7).

13. Na mesma carta apostólica, Bento XVI retoma o legado conciliar, relembrando a sua sistematização catequética, feita no *Catecismo* que João Paulo II promulgou a 11 de Outubro de 1992, precisamente para marcar o 30º aniversário da abertura do Vaticano II, como atrás se indicou: “Para chegar a um conhecimento sistemático da fé, todos podem encontrar um subsídio precioso e indispensável no *Catecismo da Igreja Católica*. Este constitui um dos frutos mais importantes do Concílio Vaticano II. [...] É precisamente nesta linha que o *Ano da Fé* deverá exprimir um esforço generalizado em prol da redescoberta e do estudo dos conteúdos fundamentais da fé, que têm no *Catecismo da Igreja Católica* a sua síntese sistemática e orgânica” (*Porta Fidei*, 11).

Logo no início do seu pontificado, Bento XVI aprovou um *Compêndio do Catecismo da Igreja Católica*, para tudo ficar ainda mais acessível ao comum dos fiéis, em trechos condensados da doutrina cristã. Na verdade, foi com estas palavras que o aprovou, depois de ter orientado a sua elaboração: “O *Compêndio*, que agora apresento à Igreja universal, é uma síntese fiel e segura do *Catecismo da Igreja Católica*. Ele contém, de maneira concisa, todos os elementos essenciais e fundamentais da fé da Igreja, de forma a constituir, como desejara o meu Predecessor, uma espécie de *vademecum*, que permita às pessoas, aos crentes e não crentes, abraçar, numa visão de conjunto, todo o panorama da fé católica” (Bento XVI, *Motu proprio para a aprovação e publicação do Compêndio do Catecismo da Igreja Católica*, 28 de Junho de 2005).

## O mistério pascal

14. É, pois, do *Compêndio*, que se extrai agora esta sequência lógica e prática de afirmações, qual esquema essencial da fé, para preparar ou prosseguir as Jornadas Vicariais, entre outras finalidades possíveis.

Começando pela concentração pascal, tão marcadamente conciliar e evangélica: “O mistério pascal de Jesus, que compreende a sua paixão, morte, ressurreição e glorificação, está no centro da fé cristã, porque o desígnio salvífico de Deus se realizou uma vez por todas com a morte redentora do seu Filho, Jesus Cristo” (*Compêndio*, nº 112).

Cristo nunca vive a partir de si mesmo, mas do “Pai”, a quem constantemente se refere. É também a partir do Pai, Fonte permanente de vida, que Ele se oferece a nós, para que “vivamos em abundância” (cf Jo 10, 10). E se oferece por nós, para que tal seja possível, tão cortados estávamos da Fonte. “Toda a vida de Cristo é oferta livre ao Pai para realizar o seu desígnio de salvação. Ele ‘dá a sua vida em resgate por muitos’ (Mc 10, 45) e deste modo reconcilia com Deus toda a humanidade” (*Compêndio*, nº 119).

Porque assim foi, também assim será e se realizará plenamente em nós. Unidos a Cristo, somos reconhecidos pelo Pai e por Ele aceites: “... o Ressuscitado, vencedor do pecado e da morte, é o princípio da nossa justificação e da nossa ressurreição; a partir de agora, Ele garante-nos a graça da adoção filial que é a participação real na sua vida de Filho unigénito; depois, no final dos tempos, Ele ressuscitará o nosso corpo” (*Compêndio*, nº 131).

O Amor com que o Pai ama a Cristo e Cristo se retribui ao Pai, envolve-nos agora e inclui-nos na vida divina: “... quando o Pai envia o seu Filho, envia também o seu Espírito que nos une a Cristo



na fé, para, como filhos adotivos, podermos chamar a Deus ‘Pai’ (*Rm* 8, 15). O Espírito é invisível, mas nós conhecemo-lo através da sua ação quando nos revela o Verbo e quando age na Igreja” (*Compêndio*, 137).

15. Para que o Filho eterno de Deus fosse também Emanuel = Deus connosco, foi preciso que Deus criasse uma “nova terra” onde nascesse o “homem novo”. Essa “terra” foi Maria imaculada e o seu Filho virginal é Jesus Cristo, Deus encarnado. De Maria O recebemos, com Maria O acompanhamos: “Em Maria, o Espírito Santo realiza as expectativas e a preparação do Antigo Testamento para a vinda de Cristo. De forma única enche-a de graça e torna fecunda a sua virgindade para dar à luz o Filho de Deus encarnado. Faz dela a Mãe do ‘Cristo total’, isto é, de Jesus Cabeça e da Igreja que é o seu corpo. Maria está com os Doze no dia de Pentecostes, quando o Espírito inaugura os ‘últimos tempos’ com a manifestação da Igreja” (*Compêndio*, 142).

## O corpo eclesial de Cristo

16. Entendemos assim o que é verdadeiramente a Igreja, em que o Espírito nos une a Cristo e por Cristo ao Pai, bem como uns aos outros, por entre tanta variedade de línguas e povos: “[Igreja] designa o povo que Deus convoca e reúne de todos os confins da terra, para constituir a assembleia daqueles que, pela fé e pelo Batismo, se tornam filhos de Deus, membros de Cristo e templo do Espírito Santo” (*Compêndio*, 147).

União a Cristo significa participação na sua missão, pois a sua vida é para todos. Ele inaugurou na terra aquele “reino” tão esperado, que ultrapassava infinitamente as antigas fronteiras geográficas e culturais de Israel. Missão que Cristo ressuscitado continua agora através de nós, seu corpo eclesial, animados pelo mesmo Espírito: “A missão da Igreja é a de anunciar e instaurar no meio de todos os povos o Reino de Deus inaugurado por Jesus Cristo. Ela é, na terra, o germe e o início deste Reino salvífico” (*Compêndio*, 150).

Em certo sentido, tudo começa indispensavelmente em nós, cada um de nós. Com o sim de Maria, chegou Cristo ao mundo; com o nosso sim continua agora, na medida em que – como Ela – também nós assimilarmos profundamente o modo de ser de Cristo, em relação ao Pai e a tudo: “O povo de Deus participa no ministério *sacerdotal* de Cristo, enquanto os batizados são consagrados pelo Espírito Santo para oferecer sacrifícios espirituais; participa no ministério *profético*, enquanto, com o sentido sobrenatural da fé, a esta adere indefetivelmente, a aprofunda e testemunha; e participa no seu ministério *real* com o serviço, imitando Jesus Cristo, que, rei do universo, se fez servo de todos, sobretudo dos pobres e dos que sofrem” (*Compêndio*, 155).

17. Desde as primeiras gerações, os cristãos descobriram a catolicidade da Igreja, isto é a sua universalidade ou totalidade: em Cristo tudo nos foi dado e a todos se destina: “A Igreja é *católica*, isto é, *universal*, porque nela está presente Cristo: ‘onde está Cristo Jesus, aí está a Igreja católica’ (Santo Inácio de Antioquia). Ela anuncia a totalidade e a integridade da fé, leva e administra a plenitude dos meios de salvação; é enviada em missão a todos os povos, em todos os tempos e qualquer que seja a cultura a que pertençam” (*Compêndio*, 166).



Apóstolo quer dizer enviado, e assim foram os primeiros Doze e depois Paulo, ou os que lhes sucedem no ministério - o Papa, os Bispos; e todos os cristãos, como elos da Tradição viva que eles garantem e tutelam “A Igreja é apostólica pela sua *origem*, sendo construída sobre o ‘fundamento dos Apóstolos’ (Ef 2, 20); pelo *ensino*, que é o mesmo dos Apóstolos; pela sua *estrutura*, enquanto instruída, santificada e governada, até ao regresso de Cristo, pelos Apóstolos, graças aos seus sucessores, os Bispos, em comunhão com o sucessor de Pedro” (*Compêndio*, 174).

18. Todos os batizados têm o mundo por tarefa, realizando na família, no trabalho e na sociedade a fermentação evangélica que tudo transforma e eleva: “Os fiéis leigos têm como vocação própria a de procurar o reino de Deus, iluminando e ordenando as realidades temporais segundo Deus. Correspondem assim ao chamamento à santidade e ao apostolado, dirigido a todos os batizados” (*Compêndio*, 188).

Já com Cristo acontecia que alguns e algumas o seguiam mais de perto (cf Lc 8, 1-3), deixando os laços habituais pelo seguimento mais próximo da sua vida e missão. Faziam-no em função de Deus e dos outros, por um “amor do Reino do Céu” que se tornara imediato e exclusivo (cf. Mt 19, 12). Assim continua a ser, abrindo a espessura do mundo: “[A vida consagrada] é uma resposta livre a um chamamento particular de Cristo, mediante o qual os consagrados se entregam totalmente a Deus e tendem para a perfeição da caridade sob a moção do Espírito Santo. Tal consagração caracteriza-se pela prática dos conselhos evangélicos [pobreza, castidade e obediência]. A vida consagrada participa na missão da Igreja mediante uma plena dedicação a Cristo e aos irmãos, testemunhando a esperança do Reino celeste” (*Compêndio*, 192 e 193).

19. E com Cristo entramos numa comunhão mais vasta, com Deus e com os outros, que se alimenta da fé, convive na caridade e garante a esperança. Chama-se “comunhão dos santos” e “indica, antes de mais, a participação de todos os membros da Igreja nas coisas santas (*sancta*): a fé, os sacramentos, em especial a Eucaristia, os carismas e os outros dons espirituais. Na raiz da comunhão está a caridade que ‘não procura o próprio interesse’ (1 Cor 13, 5), mas move o fiel ‘a colocar tudo em comum’ (Act 4, 32), mesmo os próprios bens materiais ao serviço dos pobres. Designa ainda a comunhão entre as pessoas santas (*sancti*), isto é, entre os que, pela graça, estão unidos a Cristo morto e ressuscitado. Alguns são peregrinos na terra; outros, que já partiram desta vida, estão a purificar-se, ajudados também pelas nossas orações; outros, enfim, gozam já da glória de Deus e intercedem, por nós. Todos juntos formam, em Cristo, uma só família, a Igreja, para louvor e glória da Trindade” (*Compêndio*, 194 e 195).

Nesta comunhão tem lugar eminente Aquela que no-la proporcionou, ao dar-nos Cristo. Vivendo já e completamente com seu Filho, indica-nos sempre tal destino, como o fez nas Bodas de Caná, ao dizer aos serventes: “Fazei o que Ele vos disser!” (Jo 2, 5). Assim a devemos considerar e à sua maternal intercessão e companhia: “Após a Ascensão do Seu Filho, a Virgem Maria ajuda, com as suas orações, as primícias da Igreja e, mesmo depois da sua assunção ao céu, continua a interceder pelos seus filhos, a ser para todos um modelo de fé e de caridade, e a exercer sobre eles um influxo salutar, que nasce da superabundância dos méritos de Cristo. Os fiéis vêem nela uma imagem e uma antecipação da ressurreição que os espera, invocando-a como advogada, auxiliadora, socorro, medianeira” (*Compêndio*, 197).



## A vida em Cristo

20. Chamamo-nos “cristãos”, porque vivemos em Cristo e reconhecemos que Cristo vive em nós (cf. *Gl* 2, 20). S. João compara-nos a ramos na videira, sendo esta o próprio Cristo, que o Pai “plantou” no mundo; e haurimos o seu Espírito, como seiva que não nos deixa secar (cf. *Jo* 15). Por isso mesmo a nossa existência é sacramental e eclesial, ou seja vive da graça de Cristo nos momentos que se sucedem, dentro do “sacramento” básico que a Igreja é como Povo de Deus, Corpo de Cristo e Templo do Espírito Santo: “[Os sacramentos agrupam-se] em sacramentos da iniciação cristã (Batismo, Confirmação e Eucaristia); sacramentos da cura (Penitência e Unção dos enfermos); sacramentos ao serviço da comunhão e da missão (Ordem e Matrimónio). Os sacramentos tocam todas as etapas e momentos da vida cristã. Todos os sacramentos estão ordenados para a Eucaristia ‘como para o seu fim’ (S. Tomás de Aquino)” (*Compêndio*, 250).

No Batismo, o Espírito faz-nos participar da verdadeira condição de Cristo, como filhos de Deus: “... batizar significa ‘imersir’ na água. O que é batizado é imerso na morte de Cristo e ressurge com Ele como ‘nova criatura’ (2 *Cor* 5, 17). Chama-se também ‘banho da regeneração e da renovação no Espírito Santo’ (Tit 3, 5). E ‘iluminação’, porque o batizado se torna ‘filho da luz’ (Ef 5, 8) (*Compêndio*, 252).

Pela Confirmação, o Espírito faz-nos testemunhar essa mesma filiação, pelo anúncio do Evangelho: “O efeito da Confirmação é a efusão especial do Espírito Santo, como no Pentecostes. Tal efusão imprime na alma um carácter indelével e traz consigo um crescimento da graça batismal: enraíza mais profundamente na filiação divina; une mais firmemente a Cristo e à sua Igreja; revigora na alma os dons do Espírito Santo; dá uma força especial para testemunhar a fé cristã” (*Compêndio*, 268).

Na Eucaristia, quando o Espírito faz do pão e do vinho o próprio Cristo pão da vida, encontramos a força e a raiz da nossa comunhão com Deus e com todos, na terra ou no céu: “[A Eucaristia] é fonte e cume da vida cristã. Na Eucaristia, atingem o auge a ação santificadora de Deus em nosso favor e o nosso culto para com Ele. Nela está contido todo o tesouro espiritual da Igreja; o próprio Cristo, nossa Páscoa. A comunhão da vida divina e a unidade do Povo de Deus são significadas e realizadas na Eucaristia. Pela celebração eucarística unimo-nos desde já à liturgia do Céu e antecipamos a vida eterna” (*Compêndio*, 274).

Realmente, o corpo ressuscitado de Cristo sinaliza-se no seu corpo eucarístico: “Jesus Cristo está presente na Eucaristia dum modo único e incomparável. De facto, está presente de modo verdadeiro, real, substancial: com o seu Corpo e o seu Sangue, com a sua Alma e a sua Divindade. Nela está presente em modo sacramental, isto é, sob as espécies eucarísticas do pão e do vinho, Cristo completo: Deus e homem” (*Compêndio*, 282).

21. Para possibilitar e aprofundar a comunhão eucarística, requerem-se disposições e atitudes de conversão constante, a Deus e aos irmãos. Já S. Paulo alertava os cristãos de Corinto: “Examine-se cada um a si próprio e só então coma deste pão e beba deste vinho” (1 *Co* 11, 28). A Penitência sacramental mantém-nos nessa atitude e a sua prática frequente pontua o progresso espiritual: “Os efeitos do sacramento da Penitência são: a reconciliação com Deus e portanto o perdão dos pecados; a reconciliação com a Igreja; a recuperação, se perdido, do estado de graça; a remissão da

pena eterna merecida por causa dos pecados mortais e, ao menos em parte, das penas temporais que são consequência do pecado; a paz e a serenidade da consciência, e a consolação do espírito; o acréscimo das forças espirituais para o combate cristão” (*Compêndio*, 310).

A ação benéfica de Cristo, tão próximo de todas as nossas fragilidades, continua na vida da Igreja, com especial aplicação na Unção dos Enfermos: “A Igreja, tendo recebido do Senhor a ordem de curar os enfermos, procura pô-la em prática com os cuidados para com os doentes, acompanhados da oração de intercessão. Ela possui sobretudo um sacramento específico em favor dos enfermos, instituído pelo próprio Cristo e atestado por S. Tiago: ‘Quem está doente, chame a si os presbíteros da Igreja e rezem por ele, depois de o ter ungido com óleo no nome do Senhor’ (Tg 5, 14-15)”. (*Compêndio*, 315).

22. Também pelos ministros ordenados, Cristo, bom pastor e servo de todos, como que se visibiliza na Igreja, bem próximo dos seus e na especificidade de cada grau da Ordem: “A Ordenação episcopal confere a plenitude do sacramento da Ordem, faz do Bispo legítimo sucessor dos Apóstolos, insere-o no Colégio episcopal, partilhando com o Papa e os outros Bispos a solicitude por todas as Igrejas, e confere-lhe a missão de ensinar, santificar e governar” (*Compêndio*, 326). “A unção do Espírito assinala o presbítero com um caráter espiritual indelével, configura-o a Cristo sacerdote e torna-o capaz de agir em nome de Cristo Cabeça. Sendo cooperador da Ordem episcopal, ele é consagrado para pregar o Evangelho, para celebrar o culto divino, sobretudo a Eucaristia, da qual recebe a força, e para ser o pastor dos fiéis” (*Compêndio*, 328). “O diácono, configurado a Cristo servo de todos, é ordenado para o serviço da Igreja sob a autoridade do Bispo, em relação ao ministério da palavra, do culto divino, da condução pastoral e da caridade” (*Compêndio*, 330).

O sacramento do Matrimónio cria a família cristã, de quem “se casa no Senhor” (cf. 1 Cor 7, 39): “A união matrimonial do homem e da mulher, fundada e dotada de leis próprias pelo Criador, está por sua natureza ordenada à comunhão e ao bem dos cônjuges e à geração e bem dos filhos. Segundo o desígnio originário de Deus a união matrimonial é indissolúvel, como afirma Jesus Cristo: ‘O que Deus uniu não o separe o homem’ (Mc 10, 9)” (*Compêndio*, 338).

Sendo a primeira vivência comunitária que geralmente temos, a família pode e deve ser também a primeira experiência eclesial, ou “Igreja doméstica”, porque nela “cada membro, a seu modo, exerce o sacerdócio batismal, contribuindo para fazer da família uma comunidade de graça e de oração, escola de virtudes humanas e cristãs, lugar do primeiro anúncio da fé aos filhos” (*Compêndio*, 350).

## Conhecendo a Deus no amor fraterno

23. Podemos considerar a vida em Cristo como uma “aprendizagem” de Deus, “para participarmos da natureza divina” (cf. 2 Pe 1, 4). Por isso só Deus nos conduz a Deus, para que os meios estejam à altura do fim. Tais meios são as virtudes teologais, “que têm como origem, motivo e objeto imediato o próprio Deus. São infundidas no homem com a graça santificante, tornam-nos capazes de viver em relação com a Trindade e fundamentam e animam o agir moral do cristão, vivificando as virtudes humanas. Elas são o penhor da presença e da ação do Espírito Santo nas faculdades do ser humano. [...] A fé é a virtude teologal pela qual cremos em Deus e em tudo o que ele nos revelou e que a Igreja nos propõe para acreditarmos, porque Ele é a própria verdade. [...] A esperança é a virtude teologal



por meio da qual desejamos e esperamos de Deus a vida eterna como nossa felicidade, colocando a nossa confiança nas promessas de Cristo e apoiando-nos na ajuda da graça do Espírito Santo para merecê-la e perseverar até ao fim da vida terrena. A caridade é a virtude teologal pela qual amamos a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a nós mesmos por amor de Deus. A caridade é o ‘vínculo da perfeição’ (*Col 3, 14*) e o fundamento das outras virtudes, que ela anima, inspira e ordena: sem ela ‘não sou nada’ e ‘nada me aproveita’ (*1 Cor 13, 1-3*).” (*Compêndio*, 384-388).

24. Sendo Deus o amor em si mesmo, como vida partilhada pelo Pai e o Filho na unidade do Espírito, só no amor se vai percebendo e aprendendo. S. João é muito claro neste ponto, escrevendo assim: “Amemo-nos uns aos outros, porque o amor vem de Deus, e todo aquele que ama nasceu de Deus e chega ao conhecimento de Deus. Aquele que não ama não chegou a conhecer a Deus, pois Deus é amor. [...] A Deus nunca ninguém O viu; se nos amarmos uns aos outros, Deus permanece em nós e o seu amor chega à perfeição em nós” (*1 Jo 4, 7-8.12*). Por isso, a vida em Cristo é vida com os outros e para os outros, com a aplicação solidária mais concreta – teologicamente concreta, podemos dizer: “Juntamente com o chamamento pessoal à bem-aventurança, o homem tem a dimensão social como componente essencial da sua natureza e da sua vocação. De facto, todos os homens são chamados ao mesmo fim, que é o próprio Deus; existe uma certa semelhança entre a comunhão das Pessoas divinas e a fraternidade que os homens devem instaurar entre si na verdade e na caridade; o amor ao próximo é inseparável do amor a Deus” (*Compêndio*, 401).

E aí mesmo - na nossa essencial solidariedade de origem e vocação – encontramos, racionalmente apurada e biblicamente revelada, a base em que devemos apoiar-nos, moral e activamente: “A lei natural, escrita pelo Criador no coração de cada ser humano, consiste numa participação na sabedoria e bondade de Deus, e manifesta o sentido moral originário que permite ao homem discernir, pela razão, o bem e o mal. Ela é universal e imutável, e constitui a base dos deveres e dos direitos fundamentais da pessoa, bem como da comunidade humana e da própria lei civil” (*Compêndio*, 416).

25. Os mandamentos da Lei de Deus indicam-nos atitudes fundamentais, como orientação básica dos nossos sentimentos e atitudes para com Deus e os outros. Em Jesus Cristo, todos eles são levados ao pleno cumprimento, existencialmente demonstrados e propostos: “Ao jovem que lhe faz esta pergunta [‘Mestre, que devo fazer de bom para alcançar a vida eterna?’], Jesus responde: ‘Se queres entrar na vida, observa os mandamentos’, e acrescenta: ‘Vem e segue-me’ (*Mt 19, 16-21*). Seguir Jesus implica observar os mandamentos. A Lei não é abolida, mas o homem é convidado a encontrá-la na pessoa do divino Mestre, que em si mesmo a cumpre perfeitamente, lhe revela o pleno significado e atesta a sua perenidade” (*Compêndio*, 434).
26. Particularmente relevante num tempo tão pessoal e socialmente dispersivo, é o mandamento da santificação semanal, a partir de cada Domingo: “Como ‘primeiro dia da semana’ (*Mc 16, 2*) ele evoca a primeira criação; como ‘oitavo dia’, que segue o Sábado, significa a nova criação, inaugurada com a Ressurreição de Cristo. Tornou-se assim para os cristãos o primeiro de todos os dias e de todas as festas: o dia do Senhor, no qual Ele, com a sua Páscoa, leva à realização a verdade espiritual do Sábado judaico e anuncia o repouso do homem em Deus” (*Compêndio*, 452).
27. O mesmo relevo se dê ao mandamento de “não matar”, que requer uma aplicação geral e concreta da sociedade no seu todo, para que a vida de cada um seja efetivamente protegida e promovida, do princípio ao fim da existência terrena: “O direito inalienável à vida de cada ser humano, desde a

sua concepção, é um elemento constitutivo da sociedade civil e da sua legislação. Quando o Estado não coloca a sua força ao serviço dos direitos de todos e em particular dos mais fracos, e entre eles dos concebidos não nascidos, passam a ser minados os próprios fundamentos do Estado de direito” (*Compêndio*, 472).

28. Sublinhe-se ainda, como especialmente oportuno, que “o sétimo mandamento – não roubar –, antes de mais, proíbe o furto que é a usurpação do bem alheio contra a razoável vontade do seu proprietário. É o que também sucede no pagamento de salários injustos; na especulação sobre o valor dos bens para obter vantagens com prejuízo para os outros; na falsificação de cheques ou faturas. Proíbe, além disso, cometer fraudes fiscais ou comerciais, causar danos às propriedades privadas ou públicas. Proíbe também a usura, a corrupção, o abuso privado dos bens sociais, os trabalhos culpavelmente mal feitos e o esbanjamento” (*Compêndio*, 508).

Pela positiva, enquadra-se também aqui a Doutrina Social da Igreja, que, “como desenvolvimento orgânico da verdade do Evangelho sobre a dignidade da pessoa humana e sobre a sua dimensão social, contém princípios de reflexão, formula critérios de juízo, oferece normas e orientações para a ação” (*Compêndio*, 509).

## Rezar cristãmente

29. Da vida de Jesus conhecemos o que disse e fez, como nos foi transmitido. Mas o seu “segredo” estava na intimidade constante que mantinha com o Pai. Traduziu humanamente o que é a sua realidade filial divina; e o que humanamente *aprendeu alargou-se na sua realidade eterna. Aprender a rezar com Jesus é um itinerário imprescindível para qualquer cristão = ungido pelo Espírito de Cristo: “Jesus, segundo o seu coração de homem, foi ensinado a rezar por sua Mãe e pela tradição judaica. Mas a sua oração brota duma fonte secreta, porque Ele é o Filho eterno de Deus, que, na sua humanidade, dirige ao Pai a oração filial perfeita”* (*Compêndio*, 541).

A oração é uma atitude universal, própria de criaturas que anelam pelo Criador e esperam d’Ele segurança e paz. Mas, para ser “cristã”, a oração há de ter o modo e a intenção que o próprio Cristo lhe deu: “A nossa oração é eficaz porque está unida à de Jesus mediante a fé. N’Ele, a oração cristã torna-se comunhão de amor com o Pai. Podemos, neste caso, apresentar os nossos pedidos a Deus e ser atendidos: ‘Pedi e recebereis, assim a vossa alegria será completa’ (*Jo* 16, 24)” (*Compêndio*, 545).

Pela oração, participamos na atitude essencial de Cristo, que se recebe e retribuiu ao Pai, em eterna ação de graças. Por isso, o centro da oração da Igreja é a Eucaristia = ação de graças: “A Igreja dá graças a Deus incessantemente, sobretudo ao celebrar a Eucaristia, na qual Cristo a faz participar na sua ação de graças ao Pai. Todos os acontecimentos se convertem para o cristão em motivo de ação de graças” (*Compêndio*, 555).

30. Quando nos ensinou a rezar, Cristo deixou-nos o “Pai Nosso”, autêntica súplica de sentimentos redimidos, que nos converte à relação autêntica com Deus: “A oração do Senhor contém sete petições a Deus Pai. As primeiras três, mais teológicas, aproximam-nos d’Ele, para a sua glória: pois é próprio do amor pensar antes de mais n’Aquele que amamos. Elas sugerem o que em especial devemos pedir-Lhe: a santificação do seu Nome, a vinda do seu Reino, a realização da



sua Vontade. As últimas quatro apresentam ao Pai de misericórdia as nossas misérias e as nossas expectativas. Pedimos que nos alimente, nos perdoe, nos defenda nas tentações e nos livre do Maligno” (*Compêndio*, 587).

Assim rezado o “Pai Nosso”, ficamo-nos num Ámen em que tudo se acerta, no espírito e na vida, “corroborando com o Ámen, que significa: ‘Assim seja, que isso se faça’, tudo o que está contido na oração que Deus nos ensinou (S. Cirilo de Jerusalém)” (*Compêndio*, 598).

31. Caríssimos irmãos e irmãs da Diocese do Porto: Tendo à vista os documentos emanados do Concílio Vaticano II, o *Catecismo da Igreja Católica*, o *Compêndio do Catecismo da Igreja Católica* e, para os jovens, o *Youcat*, a *Carta Apostólica Porta Fidei* e como *manual* estas diretrizes, cada vigararia, cada unidade pastoral, cada paróquia, cada movimento, procure organizar e oferecer, a públicos indiferenciados ou específicos, um itinerário de formação e consolidação na fé cristã, com incidência na vida das pessoas e das comunidades.

Este caminho poderá, sempre que possível, integrar-se em programas já estabelecidos, de acordo com a especificidade de cada núcleo pastoral, ou configurar novas iniciativas.

O Ano da Fé não pode ser assumido como algo que, episodicamente, se acrescenta à dispersão de vivências de raiz cristã, mas sim como oportunidade para descobrirmos ou reencontrarmos o dom e a novidade da nossa vida em Cristo.

Nós, os Bispos que vos servimos em nome de Cristo e da Igreja, deixamos-vos estas sugestões para o Ano da Fé que se aproxima. Sirvam elas para vos confirmar no Credo que recebestes, reproduzindo-se nas vossas vidas aquilo de que o mundo mais precisa: o exemplo concreto do Evangelho que salva.

- Seja este o fruto de quanto fizermos no Espírito de Cristo e com a Mãe da Igreja!

Porto, Solenidade do Santíssimo Corpo e Sangue de Cristo, 7 de Junho de 2012

† Manuel Clemente

† António Maria Bessa Taipa

† João Evangelista Pimentel Lavrador

† Pio Gonçalo Alves de Sousa

# JORNADAS VICARIAIS DA FÉ

10-11 Novembro	Porto (Nascente e Poente)
17-18 Novembro	Gaia Sul

1-2 Dezembro	Gaia Norte
15-16 Dezembro	Valongo

05-06 Janeiro	Arouca / Vale de Cambra
12-13 Janeiro	Baião
19-20 Janeiro	Santo Tirso
26-27 Janeiro	Castelo de Paiva / Penafiel

9-10 Fevereiro	Maia
16-17 Fevereiro	Felgueiras
23-24 Fevereiro	Gondomar

02-03 Março	Paços de Ferreira
09-10 Março	Marco de Canaveses
16-17 Março	Santa Maria da Feira

13-14 Abril	Trofa/Vila do Conde
20-21 Abril	Paredes
27-28 Abril	Oliveira de Azeméis/S. João da Madeira

11-12 Maio	Lousada
------------	---------

15-16 Junho	Espinho/Ovar
22-23 Junho	Amarante
29-30 Junho	Matosinhos



# ANO DA FÉ

*11 de Outubro de 2012 - 24 de Novembro de 2013*